

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ**

**ANEXO IX – CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E APORTE**

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

**ÍNDICE**

<b>1. DEFINIÇÕES</b>	<b>3</b>
<b>2. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>3. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1</b>	<b>5</b>
<b>4. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2</b>	<b>9</b>
<b>5. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL</b>	<b>11</b>
<b>6. APORTE</b>	<b>14</b>
<b>7. CONCLUSÃO SUBSTANCIAL E CONCLUSÃO PLENA</b>	<b>14</b>
<b>8. PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, DO APORTE E FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA</b>	<b>18</b>
<b>9. REAJUSTES E OUTRAS AVENÇAS</b>	<b>26</b>

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

**1. DEFINIÇÕES**

- 1.1. Os termos grafados em maiúsculas neste ANEXO terão o significado previsto no ANEXO VII do CONTRATO.

**2. INTRODUÇÃO**

- 2.1. A partir do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, que será paga mensalmente, nos termos deste ANEXO e da seguinte fórmula:

$$CP_m = CPB_m + RTSQ_{m-2}$$

Onde,

$CP_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga no mês  $m$ ;

$CPB_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga no mês  $m$ , observado o item 2.2; e

$RTSQ_{m-2}$  é REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO para o mês  $m-2$ , nos termos do item 2.4 abaixo.

- 2.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CPB_m = (CPF1_m + CPF2_m) \times (1 - OF - SA) + CPV_m \times (1 - OF - SA - DD_m)$$

Onde,

$CPB_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga no mês  $m$ ;

$CPF1_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 a ser paga no mês  $m$ , observado o item 3;

$CPF2_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 a ser paga no mês  $m$ , observado o item 4;

$CPV_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL a ser paga no mês  $m$ , observado o item 5;

$OF$  é o desconto correspondente ao percentual de 1,90% (um virgula noventa por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO no mês  $m$ ;

$SA$  é o desconto correspondente ao percentual de 1,90% (um virgula noventa por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a título de custos com o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e com o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DA ABASP no mês  $m$ ;

$DD_m$  é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês  $m$ , nos termos do item 2.3 abaixo;

- 2.3. O DESCONTO DE DESEMPENHO será calculado nos termos na seguinte fórmula:

$$DD_m = 100\% - (80\% + 20\% \times IQS)$$

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

Onde,

$DD_m$  é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês  $m$ ; e

$IQS$  é o INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, vigente para o mês, nos termos do ANEXO III.D e do CONTRATO.

- 2.4. Conforme disposto na Cláusula 22.6.7 do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito ao reembolso das despesas relativas aos tributos incorridos na contratação do OPERADOR SUBCONTRATADO.
- 2.4.1. O REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO será constituído pelos tributos recolhidos incidentes sobre a receita do OPERADOR SUBCONTRATADO, nomeadamente o ICMS, o ISS, o PIS e o COFINS.
- 2.4.2. Até o 5º (quinto) dia do início de cada mês contratual, a CONCESSIONÁRIA enviará à ARTESP e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE os documentos comprobatórios relativos aos custos incorridos com os tributos incidentes sobre os serviços subcontratados, que deverá avaliar a documentação apresentada em até 5 (cinco) dias.
- 2.4.2.1. Até fim do prazo previsto no item acima, o VERIFICADOR INDEPENDENTE analisará as informações recebidas da CONCESSIONÁRIA e enviará à ARTESP esta documentação e suas conclusões em formato de parecer, com a devida fundamentação e documentos complementares que considerar necessários.
- 2.4.2.2. A ARTESP deverá manifestar sua decisão final em até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, da qual a CONCESSIONÁRIA poderá recorrer na forma dos mecanismos estabelecidos no CAPÍTULO XXIV do CONTRATO.
- 2.4.3. Conforme disposto no item 2.1, o REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO comporá o montante relativo à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser calculado no segundo mês subsequente à comprovação descrita no item 2.4.2.
- 2.4.4. Caso haja a possibilidade de recuperação de créditos dos tributos relacionados às atividades do OPERADOR SUBCONTRATADO, a CONCESSIONÁRIA, ou o OPERADOR SUBCONTRATADO quando couber a ele o recolhimento do tributo, deverá empreender todas as medidas necessárias para sua efetivação, sendo certo que o REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO considerará apenas os tributos efetivamente recolhidos ao fisco, descontando-se eventuais créditos obtidos.

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- 2.4.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá demonstrar que tomou todas as providências ao seu alcance, em âmbito administrativo e judicial, inclusive com a interposição de todos os recursos cabíveis, para recuperar os créditos tributários, conforme tais providências sejam cabíveis à luz da lei e/ou orientações normativas, posicionamentos doutrinários, pareceres da advocacia pública ou precedentes judiciais e administrativos vigentes.
- 2.4.4.2. Caso a CONCESSIONÁRIA não empreenda as medidas necessárias, ou por qualquer motivo a ela atribuível não seja possível recuperar créditos dos tributos de que tratam este item 2.4, a ARTESP poderá solicitar ao VERIFICADOR INDEPENDENTE a apuração do desconto do valor que seria deduzido do tributo do cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.
- 2.4.4.3. A dedução de que trata o item 2.4.4.2 acima será apurada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE anualmente, em até 30 (trinta) dias da conclusão de cada ano contratual e efetivada por meio das NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes, sendo lícito o desconto de até 5% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA de cada mês, até que o saldo da dedução seja integralmente quitado, sem qualquer reajuste.
- 2.5. A participação da CONCESSIONÁRIA nos custos de funcionamento e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP e de quaisquer outros sistemas de arrecadação que vierem a ser utilizados, corresponderá a 1,90% (um virgula noventa por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, na forma do item 2.2, independentemente do valor real do rateio mensal dos custos de funcionamento e manutenção dos referidos sistemas de arrecadação, e abrangerá todo e qualquer SISTEMA DE ARRECADAÇÃO que possa vir a ser implementado.
- 2.6. Caso, por qualquer motivo, sejam necessários ajustes referentes aos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, especialmente aqueles relacionados ao INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, estes deverão ser objeto de compensação no âmbito da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à sua definição, salvo acordo em contrário entre as PARTES.
- 2.7. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será paga por meio de recursos da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do item 8.

### **3. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1**

- 3.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 é composta por parcelas correspondentes aos PACOTES DE INVESTIMENTOS identificados no ANEXO IX.A, cujo pagamento iniciar-se-á quando da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA de cada um deles, a partir da

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO a ser emitida pela ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.

- 3.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CPF1_m = \sum_1^i CPF1_i$$

Onde,

**CPF1<sub>m</sub>** é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 a ser paga no mês *m*; e

**CPF1<sub>i</sub>** é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS *i*, a ser calculada conforme o item 3.3 abaixo.

- 3.3. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS *i* será calculada por meio da conversão do VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 indicado no ANEXO IX.A em parcelas mensais que serão devidas quando da satisfação das condições aplicáveis, nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF1_i = (VPCPF1_i \times 1,007931^{t-1}) \times \left[ \frac{(0,007931) \times (1,007931)^{300-t}}{(1,007931)^{300-t} - 1} \right]$$

Onde,

**CPF1<sub>i</sub>** é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS *i*, à qual a CONCESSIONÁRIA já faz jus em decorrência da respectiva CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA;

**VPCPF1<sub>i</sub>** é o VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS *i*, indicado no ANEXO IX.A; e

**t** é o número referente ao mês contratual em que a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou a CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS foi atingida, sendo certo que:

- i. Caso haja antecipação da conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS e a CONCESSIONÁRIA não tenha utilizado a possibilidade descrita no item 3.7:
  - a. **t** será o valor indicado para o respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS na coluna “Mês Contratual da Conclusão do Investimento” do ANEXO IX.A;
  - b. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual **t**; e

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- c. não haverá desequilíbrio favorável à CONCESSIONÁRIA decorrente da antecipação de investimentos.
- ii. Caso haja antecipação da conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS e a CONCESSIONÁRIA tenha utilizado a possibilidade descrita no item 3.7:
  - a.  $t$  será o valor do mês contratual em que ocorre a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS;
  - b. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual  $t$ ; e
  - c. não haverá desequilíbrio favorável à CONCESSIONÁRIA decorrente da antecipação de investimentos.
- iii. Caso a conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS ocorra no mês indicado na coluna “Mês Contratual da Conclusão do Investimento” do ANEXO IX.A:
  - a.  $t$  será o valor indicado na coluna “Mês Contratual da Conclusão do Investimento” do ANEXO IX.A para o respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS; e
  - b. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual  $t$ .
- iv. Caso haja atraso na conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS atribuível ao PODER CONCEDENTE:
  - a.  $t$  será o valor do mês contratual em que ocorre a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS;
  - b. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual  $t$ ; e
  - c. observar-se-á o item 3.8 em relação à aferição do eventual desequilíbrio contratual.
- v. Caso haja atraso na conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS atribuível à CONCESSIONÁRIA:
  - a.  $t$  será o valor do mês contratual em que ocorre a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS;

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- b. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual  $t$ ; e
  - c. observar-se-á o item 3.8 em relação à aferição do eventual desequilíbrio contratual.
- 3.4. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS  $i$  será devida a partir da respectiva CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA, observado o disposto no item 3.3, até o fim do PRAZO DA CONCESSÃO.
  - 3.4.1. As parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 originalmente previstas no ANEXO IX.A deverão ter seu pagamento cessado ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO original, mesmo em caso de extensão do referido prazo, a não ser que o termo aditivo modificativo que formalize a extensão preveja o recálculo e o correspondente aumento do número de parcelas deste componente de remuneração.
- 3.5. Caso, por qualquer motivo, a CONCESSIONÁRIA não faça jus ao pagamento de um mês calendário completo, o cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA será realizado *pro rata die*, considerando o período no qual a CONCESSIONÁRIA faz jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA daquele mês.
- 3.6. O mês contratual originalmente estabelecido para a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA dos PACOTES DE INVESTIMENTOS está disposto na coluna “Mês Contratual da Conclusão do Investimento” do ANEXO IX.A.
- 3.7. Caso a CONCESSIONÁRIA se valha da possibilidade prevista no ANEXO VIII e elabore CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO que preveja a antecipação da data conclusão de um ou mais PACOTES DE INVESTIMENTOS, será aplicável o regramento disposto nos subitens abaixo.
  - 3.7.1. O PODER CONCEDENTE e a ARTESP adotarão as medidas necessárias para assegurar o pagamento tempestivo das parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 e do APORTE aplicáveis, incluindo a adequada previsão orçamentária na Lei de Orçamento Anual do Estado.
  - 3.7.2. A decisão de unilateral da CONCESSIONÁRIA de antecipação das datas de conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTO não caracterizará EVENTO DE DESEQUILÍBRIO em favor da CONCESSIONÁRIA.
    - 3.7.2.1. A despeito da possibilidade de antecipação da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTO, caso a CONCESSIONÁRIA deseje que sejam considerados os efeitos no equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrentes de



PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

antecipação de investimentos específicos necessários para prestação dos SERVIÇOS, ela deverá pleitear a alteração de cronograma na forma do regulamento vigente, sendo o reequilíbrio processado nos termos da Cláusula 24 do CONTRATO.

3.7.2.2. Nos casos previstos no subitem supra, o cronograma vigente somente será modificado após aprovação expressa da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, se o caso.

3.8. Independentemente da aplicação da fórmula disposta no item 3.3 e das disposições a ele relacionadas, no processamento das REVISÕES ORDINÁRIAS, o regramento referente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverá ser observado, a fim de considerar os demais efeitos positivos ou negativos decorrentes das hipóteses de atraso ou antecipação de investimentos, sem prejuízo ao disposto no item 3.7.2.

#### 4. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2

4.1. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CPF2 a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até a extinção do CONTRATO.

4.2. A CPF2 será calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF2_m = CPF2 \times \frac{DDisp_m}{D_m}$$

Onde:

***CPF2<sub>m</sub>*** é a CPF2 correspondente ao mês *m*;

***CPF2*** é a CPF2 integral, no valor de R\$[ ] (por extenso), conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE;

***DDisp<sub>m</sub>*** é o número de dias em que as LINHAS foram consideradas disponíveis no mês *m*, nos termos do item 4.3;

***D<sub>m</sub>*** é o número de dias totais no mês *m*;

4.3. As LINHAS serão consideradas disponíveis em cada dia quando os seguintes critérios forem atendidos:

- i. Nenhuma LINHA tiver o serviço interrompido por mais de 60 minutos em um período de operação comercial diário;
- ii. Nenhuma estação de qualquer LINHA for fechada ao público por mais de 60 minutos em um período de operação comercial diário;

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- iii. Nenhuma LINHA ofertar menos de 80% (oitenta por cento) das viagens programadas para o dia.
- 4.3.1 As LINHAS não serão consideradas indisponíveis caso a CONCESSIONÁRIA não puder cumprir as condições indicadas no item 4.3 por motivos que não sejam a ela imputáveis, tais como:
  - a. Caso fortuito ou força maior;
  - b. Interrupções ou reduções de serviço devido a atividades de manutenção programada, previamente acordadas e comunicadas ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS;
  - c. Atos de vandalismo ou sabotagem, tais como danos intencionais à infraestrutura do sistema, incluindo trilhos, estações, TRENS e sistemas de sinalização, causados por terceiros;
  - d. Acidentes externos que afetem a integridade física da infraestrutura ou a segurança da operação do sistema.
- 4.3.2 Em qualquer hipótese de indisponibilidade das LINHAS, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, de forma detalhada e fundamentada, a justificativa para a indisponibilidade ocorrida. Tal justificativa deverá ser encaminhada ao VERIFICADOR INDEPENDENTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o início da indisponibilidade
- 4.3.3 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá avaliar o pleito de indisponibilidade apresentado pela CONCESSIONÁRIA em até 5 (cinco) dias de sua apresentação, verificando a adequação da justificativa e a conformidade com os critérios aplicáveis e deverá informar à ARTESP os resultados de sua avaliação, para fins de consideração nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO.
- 4.4. Caso haja atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível à CONCESSIONÁRIA, esta somente terá direito ao recebimento da CPF2 correspondente quando do efetivo início, sem fazer jus a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.
- 4.5. Caso haja atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CPF2 correspondente quando do efetivo início, acrescida de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data em que teria iniciado a OPERAÇÃO COMERCIAL, não fosse o atraso atribuível ao PODER CONCEDENTE, e até a data do efetivo pagamento.

## 5. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL

### *Apuração da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL*

- 5.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL será calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CPV_m = CCKM_m$$

Onde:

$CPV_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL correspondente ao mês contratual  $m$ ; e  
 $CCKM_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO CARRO KM correspondente ao mês  $m$ .

- 5.2. A CONTRAPRESTAÇÃO CARRO KM será calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CCKM_m = PUKM_m \times (CKM11_m + CKM12_m + CKM13_m + CKMEA_m)$$

Onde:

$CCKM_m$  é a CONTRAPRESTAÇÃO CARRO KM correspondente ao mês  $m$ ;

$PUKM_m$  é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM válido no mês  $m$ , observado o item 5.3;

$CKM11_m$  são os CARRO X KM DE SERVIÇOS percorridos na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 11 no mês  $m$ ;

$CKM12_m$  são os CARRO X KM DE SERVIÇOS percorridos na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 12 no mês  $m$ ;

$CKM13_m$  são os CARRO X KM DE SERVIÇOS percorridos na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 13 no mês  $m$ ;

$CKMEA_m$  são os CARRO X KM DE SERVIÇOS percorridos na parcela dos SERVIÇOS referente ao SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO no mês  $m$ .

- 5.3. O PREÇO UNITÁRIO CARRO KM tem o valor de R\$[I] (por extenso), conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE.
- 5.4. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CPV a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até a extinção do CONTRATO.
- 5.5. Caso haja atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível à CONCESSIONÁRIA, esta somente terá direito ao recebimento da CPV correspondente quando do efetivo início, sem fazer jus a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

5.6. Caso haja atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CPV correspondente quando do efetivo início, acrescida de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data em que teria iniciado a OPERAÇÃO COMERCIAL, não fosse o atraso atribuível ao PODER CONCEDENTE, e até a data do efetivo pagamento.

5.6.1. O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA fará jus será aquele definido nos termos deste ANEXO, sendo certo que, para que os cálculos sejam realizados, a CONCESSIONÁRIA deverá ter empreendido todas as medidas necessárias para gerar os dados necessários para calcular a CPV.

***Cálculo dos CARROS X QUILOMETROS DE SERVIÇO***

5.7. Para calcular os quilômetros percorridos pelos carros, devem ser consideradas as seguintes variáveis: (i) a extensão da linha; (ii) o número total de viagens realizadas mensalmente pelos TRENS e (iii) o número de carros de cada TREM.

5.7.1. O programa SIGO – Sistema Informatizado de Gestão da Operação, disciplinado no ANEXOS III.A, deve registrar todas as viagens integral ou parcialmente realizadas, em cada LINHA e no SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, bem como o número de carros utilizados em cada uma das viagens

5.7.2. Ao final de cada mês, o SIGO deverá ser capaz de registrar, para cada LINHA e SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, o total de viagens comerciais realizadas e as respectivas distâncias (km) e números de carros disponibilizados, gerando, assim, o CKM referente a cada tipo de serviço.

5.7.2.1. Para fins do cálculo do CKM, considerar-se-ão os carros com a capacidade (oferta de lugares) especificada no ANEXO III.A. Eventual utilização de carros com capacidade distinta ensejará a revisão proporcional dos preços unitários deste ANEXO.

5.7.3. Para fins do cálculo da CKM, a extensão de cada uma das LINHAS, em função dos SERVIÇOS a serem implantados em conformidade com o cronograma da implantação dos EMPREENDIMENTOS, é a seguinte:

SERVIÇOS	Extensões entre estações	Distâncias (km)
LINHA 11	BFU-BRE	1,586
	BRE-LUZ	2,100
	LUZ-BAS	2,246

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

SERVIÇOS	Extensões entre estações	Distâncias (km)
	BAS-TAT	4,333
	TAT-PEN	3,471
	PEN-ITQ	8,124
	ITQ-DBO	2,389
	DBO-JBO	1,764
	JBO-GUA	1,691
	GUA-LAJ	1,856
	LAJ-AGN	1,856
	AGN-FVC	2,343
	FVC-POA	3,074
	POA-CVN	1,248
	CVN-SUZ	2,664
	SUZ-JPB	5,339
	JPB-BCB	3,495
	BCB-MDC	3,265
	MDC-EST	1,483
	EST-CZS	3,753
LINHA 12	BAS-TAT	4,333
	TAT-GMT	4,216
	GMT-CAN	2,860
	CAN-EGO	1,780
	EGO-USL	2,565
	USL-ERM	2,103
	ERM-SMP	4,760
	SMP-JHE	2,177
	JHE-ITI	1,912
	ITI-JRO	1,848
	JRO-EMF	2,105
	EMF-IQC	2,396
	IQC-ARC	2,647
	ARC-CVN	3,117
	CVN-SUZ	2,664
LINHA 13	GMT-CAN	2,860
	CAN-EGO	1,780
	EGO-GCE	7,190
	GCE-AGU	1,615

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

SERVIÇOS	Extensões entre estações	Distâncias (km)
	AGU-JEC	1,860
	JEC-SJO	3,477
	SJO-PDT	3,851
	PDT-BOS	1,242
SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO	BFU-LUZ	3,686
	LUZ-BAS	2,246
	BAS-GMT	8,549
	GMT-GCE	11,830
	GCE-AGU	1,615

5.7.3.1. Na hipótese de incorporação de extensões às LINHAS não originalmente prevista do CONTRATO, o termo aditivo modificativo que prever a ampliação também aditará a tabela acima para incluir a extensão entre estações e distâncias para os novos trechos operados, a fim de permitir a atualização da CKM, salvo previsão diversa no referido instrumento.

5.7.3.2. A extensão referida na tabela acima deverá ser atualizada pela ARTESP uma vez implantado o SIGO e sempre que novas extensões foram incorporadas à CONCESSÃO, de forma a guardar coerência entre as extensões das LINHAS e o cálculo da CKM.

## 6. APORTE

- 6.1. O APORTE será devido quando da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, a partir da certificação a ser realizada pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.
- 6.2. A parcela do APORTE correspondente a determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS será devida em parcela única, conforme indicado no ANEXO IX.A, quando da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo pacote.
- 6.3. A CONCLUSÃO PLENA ou a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL do PACOTE DE INVESTIMENTO, com o respectivo recebimento do APORTE, poderá ocorrer ainda que não finalizada a FASE PRÉ-OPERACIONAL.

## 7. CONCLUSÃO SUBSTANCIAL E CONCLUSÃO PLENA

- 7.1. Após a conclusão dos EMPREENDIMENTOS com a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou a CONCLUSÃO PLENA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar à

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

ARTESP, bem como à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.

- 7.1.1. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO será responsável por emitir a CERTIFICAÇÃO da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS relativos a EMPREENDIMENTOS OBRA e o AUDITOR INDEPENDENTE será responsável por emitir a APROVAÇÃO dos PACOTES DE INVESTIMENTOS relativos a EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE.
- 7.1.2. A CONCESSIONÁRIA somente poderá enviar 1 (uma) NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO por mês calendário.
- 7.1.3. A NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO incluirá relatório de medição a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter (i) a descrição do(s) PACOTE(s) DE INVESTIMENTO(s) concluídos(s); (ii) a declaração, a ser emitida pelo técnico responsável, sobre o cumprimento: (a) às especificações técnicas constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS; (b) às normas nacionais e internacionais, assim como (c) das técnicas e métodos aplicáveis e (iii) os montantes considerados devidos a título de APORTE e/ou de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos do ANEXO IX.A.
- 7.1.4. A CONCESSIONÁRIA deverá, até o dia 5 (cinco) de cada mês calendário, enviar à ARTESP e à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, documento contendo a lista de PACOTES DE INVESTIMENTOS que pretende incluir na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO a ser enviada no mês seguinte, bem como quaisquer informações adicionais que julgue pertinentes.
  - 7.1.4.1. A ARTESP, o AUDITOR INDEPENDENTE e a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO poderão solicitar informações sobre os PACOTES DE INVESTIMENTOS listados no documento indicado no item 7.1.4 à CONCESSIONÁRIA a fim de antecipar análises e planejar os procedimentos de verificação que subsidiarão a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.
  - 7.1.4.2. O processo de que trata o item 7.1.4.1 não impactará, em qualquer medida, a prerrogativa de a CONCESSIONÁRIA enviar a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO contemplando os PACOTES DE INVESTIMENTOS indicados no documento de que trata o item 7.1.4, nem o prazo para a emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que consta no item 7.2.
- 7.2. Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, remeterá à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, no prazo de até 15 (quinze) dias, NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que contenha o laudo técnico de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO.

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- 7.2.1. O laudo técnico de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO deve incluir (i) relatório de fiscalização com o detalhamento do(s) PACOTE(s) DE INVESTIMENTO(S) concluído(s); (ii) a atestação de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, de CONCLUSÃO PLENA, ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA, e (iii) os montantes devidos a título de APORTE e/ou de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos do ANEXO IX.A.
- 7.2.2. Em caso de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, deverá encaminhar relatório de fiscalização parcial à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, com a indicação de possíveis alternativas para saneamento das inconformidades, sem prejuízo da discricionariedade da CONCESSIONÁRIA na escolha da forma de saneamento, desde que permitidos nos termos do CONTRATO.
- 7.2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as inconformidades apontadas pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, e submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, reiniciando o procedimento previsto no item 7.1 e seguintes.
- 7.3. Em até 30 (trinta) dias do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, emitida pelo AUDITOR INDEPENDENTE ou pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, a ARTESP poderá indicar inconformidades relativas ao(s) PACOTES(s) DE INVESTIMENTO(s), devendo enviá-los para consideração do agente emissor da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.
- 7.3.1. Quando a ARTESP não identificar inconformidades no âmbito da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, ela deverá emitir a correspondente NOTIFICAÇÃO DE APORTE em até 5 (cinco) dias do fim do prazo disposto no item 7.3.
- 7.3.2. Os apontamentos da ARTESP deverão ser respondidos pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias de seu recebimento.
- 7.3.3. Em até 15 (quinze) dias da resposta da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, a ARTESP emitirá decisão final fundamentada em aspectos técnicos, contratuais e/ou na resposta que receber do agente competente e prevalece, para todos os efeitos, sobre as conclusões da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.
- 7.3.3.1. Caso, no âmbito da decisão final descrita no item 7.3.3, a ARTESP entenda que não restam inconformidades em relação aos respectivos PACOTES DE INVESTIMENTOS, ela deverá emitir a correspondente NOTIFICAÇÃO DE APORTE no prazo de 5 (cinco) dias da referida decisão.



**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- 7.3.4. Caso a ARTESP deixe de se manifestar ao final dos prazos dispostos nos itens 7.3 ou 7.3.3, as conclusões da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE constantes da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO produzirão, provisoriamente e observado o disposto no item 7.3.5, os efeitos correspondentes, nomeadamente o direito ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e do APORTE, conforme aplicável.
- 7.3.5. A ARTESP, no período de até 1 (um) ano da emissão da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, poderá se manifestar ou exercer nova fiscalização a fim de constatar irregularidades ou vícios não identificados, fixando prazo para que a CONCESSIONÁRIA realize os ajustes necessários para a eliminação de eventuais irregularidades constatadas.
- 7.3.5.1. Caso a ARTESP entenda que a CONCLUSÃO PLENA ou a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS não fora cumprida inicialmente, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, exclusivamente relacionado ao APORTE, deverá ser apurado pela ARTESP, na forma do item 7.3.5.3 (“VALOR DE AJUSTE DO APORTE”).
- 7.3.5.2. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser descontado do montante aplicável à NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à fiscalização que tenha atestado a correção das inconformidades que geraram o referido ajuste.
- 7.3.5.3. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser calculado a partir da aplicação da taxa SELIC sobre o valor do APORTE relacionado ao respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS que tenha sido objeto de contestação após a avaliação da ARTESP, considerando o período entre o pagamento do APORTE e a data da emissão da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à fiscalização que tenha atestado a correção das inconformidades que geraram o referido ajuste.
- 7.3.5.4. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as irregularidades apontadas pela ARTESP dentro do prazo afixado para correção, sob pena de aplicação das sanções correspondentes, conforme ANEXO V, sem prejuízo à discricionariedade da CONCESSIONÁRIA na escolha da forma de saneamento, desde que permitidos nos termos do CONTRATO.
- 7.3.6. O cumprimento do disposto no item 7.3.5 não impactará a emissão de nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO ou NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO.

7.4. Eventuais divergências relacionadas à conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados no CAPÍTULO XXIV do CONTRATO.

## **8. PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, DO APORTE E FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA**

### ***Retenção de recursos decorrente de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL***

8.1. Caso a ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, ateste a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, serão retidos 10% (dez por cento) do valor da correspondente parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 e/ou do APORTE até que seja atestada sua CONCLUSÃO PLENA.

8.1.1. O valor de retenção indicado no item 8.1 acima permanecerá reservado na CONTA CENTRALIZADORA até que a ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, ateste a CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, sendo certo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus a reequilíbrio econômico-financeiro ou a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária em relação a referido valor.

8.1.1.1. Na hipótese de atraso na emissão do atestado da CONCLUSÃO PLENA pela ARTESP, por motivo atribuível à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, o instrumento pactuado entre eles e CONCESSIONÁRIA, poderá prever a aplicação de multas e encargos próprios, não sendo o PODER CONCEDENTE responsável por quitar estes valores.

8.1.2. Quando da atestação da CONCLUSÃO PLENA, os valores reservados nos termos do item 8.1 acima, relativos ao correspondente PACOTE DE INVESTIMENTOS, serão transferidos da CONTA CENTRALIZADORA para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA por ocasião das movimentações decorrentes da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente.

### ***Contrato de Administração de Contas***

8.2. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar minuta do contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA a ser celebrado entre o BANCO DEPOSITÁRIO, a CONCESSIONÁRIA, a ARTESP e o PODER CONCEDENTE, com base nas regras gerais previstas nessa cláusula, e submetê-la à prévia anuência da ARTESP em até 15 (quinze) dias da DATA DE EFICÁCIA.

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- 8.3. A ARTESP terá 15 (quinze) dias do recebimento para avaliá-la e anuir com seu conteúdo, ou demandar eventuais alterações necessárias para o alinhamento entre as regras dispostas neste ANEXO e a referida minuta, que deverão ser implementadas pela CONCESSIONÁRIA em até 10 (dez) dias do retorno da ARTESP.
- 8.4. O contrato de administração de contas deverá ser celebrado em até 60 (sessenta) dias do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

***Regras gerais para abertura da CONTA CENTRALIZADORA***

- 8.5. A CONTA CENTRALIZADORA, de titularidade do PODER CONCEDENTE, deverá ser aberta e mantida às expensas da CONCESSIONÁRIA.
- 8.5.1. A CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com os encargos e as taxas relacionados à atuação do BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.
- 8.5.2. A CONTA CENTRALIZADORA deverá (a) ser aberta em até 120 (cento e vinte) dias contados do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL e (b) ser mantida durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 8.6. A CONTA CENTRALIZADORA terá movimentação restrita às destinações e vinculações previstas no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo o BANCO DEPOSITÁRIO realizar qualquer movimentação em desacordo com o previsto no contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA.
- 8.6.1. A CONTA CENTRALIZADORA receberá exclusivamente os depósitos que lhe são atribuídos no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo outros valores serem destinados, a qualquer título, à CONTA CENTRALIZADORA.
- 8.7. Para todos os efeitos legais, as PARTES reconhecem que os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA somente poderão ser movimentados pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos termos deste ANEXO.
- 8.8. A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários, que lhe couberem, para promover e efetivar a abertura da CONTA CENTRALIZADORA junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, observadas as disposições do CONTRATO e deste ANEXO.
- 8.8.1. A ARTESP deverá tomar todas as medidas que lhe cabem para viabilizar a abertura da CONTA CENTRALIZADORA, incluindo: (i) o fornecimento de documentos e informações; (ii) a participação, por meio de seus representantes, em reuniões com o BANCO DEPOSITÁRIO; e (iii) a realização de quaisquer outras providências que sejam

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

requeridas para abertura da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO, devendo envidar seus melhores esforços para garantir que a abertura da CONTA CENTRALIZADORA ocorra de maneira tempestiva e eficiente.

- 8.8.2. As PARTES se obrigam a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO para movimentação da CONTA CENTRALIZADORA em desconformidade com o CONTRATO.
- 8.8.3. O BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações do CONTRATO e deste ANEXO.
- 8.8.4. O PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA terão acesso imediato, por meio eletrônico, às informações da CONTA CENTRALIZADORA.
- 8.8.5. Sempre que solicitado pelas PARTES, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações ou documentos sobre a CONTA CENTRALIZADORA.
- 8.9. Não é admitida a utilização dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA para fins diversos dos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO.
- 8.10. Para os fins dispostos neste ANEXO, as menções às contas a serem livremente movimentadas deverão ser entendidas como uma ou mais contas correntes indicadas, conforme o caso, pelas PARTES, pelos FINANCIADORES, ou por seus representantes, que tenham a prerrogativa de exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos instrumentos aplicáveis, como o CONTRATO, contratos de financiamento e/ou conforme o ACORDO TRIPARTITE, se celebrado.
- 8.11. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados nas seguintes alternativas de investimentos (“INVESTIMENTOS PERMITIDOS”):
  - (i) Títulos públicos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO;
  - (ii) Títulos privados pós-fixados emitidos por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO; e

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- (iii) Cotas de fundo de investimento administrados por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA CENTRALIZADORA, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens (i) e (ii) acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.
- 8.11.1. Todas as aplicações referidas no item 8.11 acima deverão ser realizadas com recursos da CONTA CENTRALIZADORA, e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.
- 8.11.2. Todo rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA, inclusive de RECEITAS ACESSÓRIAS, será acrescido ao saldo da respectiva conta, para todos os fins deste ANEXO.
- 8.11.3. A CONCESSIONÁRIA é responsável por conferir o adequado tratamento tributário aos rendimentos provenientes da CONCESSÃO, à luz da legislação aplicável, observadas as premissas estabelecidas na Cláusula 34 do CONTRATO.
- 8.12. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados segundo decisão da CONCESSIONÁRIA, desde que em INVESTIMENTOS PERMITIDOS e em acordo com as demais disposições do contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA.

***Recursos a serem depositados na CONTA CENTRALIZADORA***

- 8.13. A CONTA CENTRALIZADORA receberá os seguintes recursos, observado o quanto previsto no ANEXO X:
  - i. O valor de titularidade do PODER CONCEDENTE a ser recebido em razão do compartilhamento de RECEITAS ACESSÓRIAS;
  - ii. O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA faz jus, nos termos do regulamento da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO BU, sendo certo que serão observadas as preferências de recebimento já reconhecidas pelo PODER CONCEDENTE em favor das concessionárias privadas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, bem como de outras concessionárias privadas de referido sistema que vierem a fazer parte do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e tiverem contratos celebrados com o PODER CONCEDENTE em data anterior à DATA DE ASSINATURA;
  - iii. O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA faz jus, advindo da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

DA ABASP ou mecanismo similar estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, sendo certo que serão observadas as preferências de recebimento já por ele reconhecidas em favor das concessionárias privadas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, bem como de outras concessionárias privadas de referido sistema que vierem a fazer parte ou obtiverem valores advindos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP, e tiverem contratos celebrados com o PODER CONCEDENTE em data anterior à DATA DE ASSINATURA;

- iv. Depósitos provenientes do Tesouro do Estado de São Paulo para adimplemento das obrigações de pagamento do PODER CONCEDENTE;
- v. Eventuais valores oriundos de outros sistemas de arrecadação e/ou câmaras de compensação, na forma e nos limites que vierem a ser definidos pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP.

8.14. Os valores referidos no item 8.13, inciso ii e inciso iii, serão depositados pelo SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO ou pelo SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP, conforme o caso, em todos os dias de expediente bancário, a partir da OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos de seus respectivos regulamentos.

8.14.1. O PODER CONCEDENTE e a ARTESP deverão empreender todas as medidas necessárias para operacionalizar a transferência de recursos de que trata o item 8.14 de maneira que não haja a necessidade de qualquer comando ou etapa adicionais àqueles que são aplicáveis às transferências para as concessionárias privadas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO.

8.14.2. Além dos valores referidos no item 8.13, inciso ii e inciso iii deste ANEXO, a aferição dos RECURSOS MÍNIMOS DISPONÍVEIS também deverá considerar a GARANTIA MULTILATERAL e as GARANTIAS COMPLEMENTARES, caso constituídas, nos termos da Cláusula 53.1.2 do CONTRATO.

8.14.3. Os valores referidos no item 8.13, inciso ii e inciso iii, serão depositados na CONTA CENTRALIZADORA diariamente, conforme os procedimentos regulamentados no âmbito da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO BU e da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DA ABASP, sendo certo que à CONTA CENTRALIZADORA deverão ser transferidos os montantes necessários para composição de saldo suficiente para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA vincenda, observada a disponibilidade de recursos após a consideração das prioridades indicadas nos referidos incisos.

8.15. Os valores referidos no item 8.13 constituirão o saldo destinado para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e demais itens previstos no item 8.25, no montante a ser notificado pela ARTESP, nos termos do item 8.16 abaixo, devendo ser observado também o

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

regramento das garantias prestadas pelo PODER CONCEDENTE conforme a Cláusula 53 do CONTRATO.

***Pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e excussão de garantia pela CONCESSIONÁRIA***

- 8.16. Até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar notificação à ARTESP e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE contendo descritivo e memória de cálculo do valor que entende fazer jus a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA referente ao mês anterior, a ser calculada nos termos deste ANEXO e considerando a CERTIFICAÇÃO da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, e o laudo de CONCLUSÃO PLENA ou CONCLUSÃO SUBSTANCIAL dos PACOTES DE INVESTIMENTOS.
- 8.16.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá avaliar a notificação enviada pela CONCESSIONÁRIA, verificando os cálculos realizados e a aderência à realidade fática dos argumentos apresentados na notificação, e enviar, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, seu parecer confirmando o valor indicado pela CONCESSIONÁRIA ou indicando qual valor seria o correto, com a devida fundamentação.
- 8.16.2. Em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento do parecer do VERIFICADOR INDEPENDENTE, a ARTESP deverá avaliar a notificação entregue pela CONCESSIONÁRIA e o respectivo parecer e manifestar sua decisão preliminar, concedendo 5 (cinco) dias úteis para eventual manifestação da CONCESSIONÁRIA.
- 8.16.3. Em até 3 (três) dias da manifestação da CONCESSIONÁRIA ou do decurso do prazo do item 8.16.2, a ARTESP deverá emitir, como decisão final, a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO com o valor definitivo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, e encaminhá-la ao BANCO DEPOSITÁRIO, descrevendo o montante de recursos a ser transferido da CONTA CENTRALIZADORA para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA relativa ao mês anterior.
- 8.17. Caso a ARTESP não se manifeste no prazo previsto no item 8.16.3, a CONCESSIONÁRIA poderá emitir NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO e encaminhá-la diretamente ao BANCO DEPOSITÁRIO, devendo nela constar o valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA descrito no relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 8.17.1. Caso a transferência seja realizada por meio de NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO emitida pela CONCESSIONÁRIA nos termos do item 8.17, a ARTESP terá a prerrogativa de ajustar o valor que entenda indevido nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes.



**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- 8.18. Em qualquer dos casos, recebida a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência em até 2 (dois) dias úteis.
- 8.19. Eventuais divergências entre as PARTES acerca do valor da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, inclusive quanto aos ajustes realizados pela ARTESP poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsia previstos no CONTRATO.
- 8.20. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá notificar a ARTESP, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA CENTRALIZADORA para o pagamento integral da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida no mês, para que sejam depositados recursos complementares na referida conta.
- 8.20.1. Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, a ARTESP notificará o PODER CONCEDENTE para proceder com o depósito de recursos complementares, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, na CONTA CENTRALIZADORA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.
- 8.21. No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a CONCESSIONÁRIA poderá notificar (i) a INSTITUIÇÃO GARANTIDORA para excussão parcial ou integral da garantia prevista na Cláusula 53.4 do CONTRATO, caso constituída; ou (ii) o AGENTE FIDUCIÁRIO para excussão parcial ou integral das demais GARANTIAS COMPLEMENTARES, caso constituídas, conforme cláusula 53.10 do CONTRATO.
- 8.21.1. Para excussão das garantias em questão, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou para o AGENTE FIDUCIÁRIO a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO que restou inadimplida devido à insuficiência de recursos na CONTA CENTRALIZADORA, bem como as comunicações entre o BANCO DEPOSITÁRIO e a ARTESP e o PODER CONCEDENTE que comprovem referida insuficiência e ausência de depósito de recursos complementares no prazo descrito no item 8.20.1.
- 8.21.2. O valor a ser executado será equivalente ao expresso na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, descontado o valor que eventualmente tenha sido pago à CONCESSIONÁRIA, acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar do encerramento do prazo previsto no item 8.18 para recebimento dos recursos pela CONCESSIONÁRIA, até um dia antes da data de sua efetiva transferência à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA pela INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme o caso.



**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024**  
**PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- 8.21.3. A INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou o AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme o caso, deverá realizar a transferência dos valores descritos no item 8.21.2 à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento dos documentos descritos no item 8.21.1.

***Pagamento do APORTE e excussão de garantia pela CONCESSIONÁRIA***

- 8.22. O APORTE será pago com recursos obtidos pelo PODER CONCEDENTE por meio de financiamento, os quais serão direcionados para a CONTA APORTE, que terá como único objetivo o recebimento dos valores do FINANCIAMENTO DO APORTE.

- 8.22.1. A CONTA APORTE será de titularidade do PODER CONCEDENTE e somente poderá ser movimentada para o pagamento do APORTE à CONCESSIONÁRIA, conforme procedimento abaixo.

- 8.23. A ARTESP deverá encaminhar NOTIFICAÇÃO DE APORTE ao BANCO DEPOSITÁRIO acerca do montante de recursos a serem transferidos da CONTA APORTE para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da respectiva parcela do APORTE, nos termos dos itens 7.3.1 ou 7.3.3.1, conforme aplicável.

- 8.23.1. Caso sejam superados os prazos previstos no item 8.23 sem que a ARTESP tenha emitido a NOTIFICAÇÃO DE APORTE, a CONCESSIONÁRIA poderá emitir referida notificação diretamente ao BANCO DEPOSITÁRIO, indicando os valores previstos na NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.

- 8.23.2. Recebida a NOTIFICAÇÃO DE APORTE, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência em até 2 (dois) dias úteis, com os recursos disponíveis na CONTA APORTE.

- 8.23.3. Caso após a NOTIFICAÇÃO DE APORTE emitida pela CONCESSIONÁRIA haja constatação pela ARTESP de improcedência na atestação de CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, aplicar-se-á o indicado no item 7.3.5.1.

- 8.24. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá, quando da movimentação prevista no item 8.23 acima, notificar a ARTESP, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA APORTE para o pagamento integral da respectiva parcela do APORTE, para que sejam depositados recursos complementares na referida conta.

- 8.24.1. Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, a ARTESP notificará o PODER CONCEDENTE para proceder o depósito de recursos complementares, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, na CONTA APORTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.

**Movimentações da CONTA CENTRALIZADORA**

8.25. Por ocasião da notificação de que trata o item 8.16 acima, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá movimentar a CONTA CENTRALIZADORA, respeitando a seguinte ordem de prioridade:

8.25.1. O valor devido a título do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO será transferido à conta a ser indicada pela ARTESP, observado o disposto no item 8.25 e na Cláusula 41 do CONTRATO;

8.25.2. O valor devido a título de participação da CONCESSIONÁRIA nos custos de funcionamento e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP será transferido à conta a ser indicada pela ARTESP;

8.25.3. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA apurado nos termos deste ANEXO, contabilizados os descontos previstos nos itens 8.25.1, 8.25.2 e 2.3 e adicionando-se os valores a serem adicionados nos termos do item 2.4 deste ANEXO e os valores a serem ressarcidos nos termos das Cláusulas 53.4.2.2 e 53.10.1 do CONTRATO, se o caso, será transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA;

8.25.4. Se o BANCO DEPOSITÁRIO tiver sido notificado pela ARTESP, deverá ser transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA eventual valor decorrente de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do CONTRATO.

**9. REAJUSTES E OUTRAS AVENÇAS**

**Reajuste dos componentes de remuneração**

9.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 será reajustada anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, que incidirá na parcela correspondente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF1_{i-n} = CPF1_{i-db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

$CPF1_{i-n}$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS  $i$  válida durante o ano contratual  $n$ ;

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

$CPF1_{i-db}$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS  $i$  calculada por meio da conversão indicada nos termos da fórmula constante do item 3.3, com valor na DATA BASE;

$IPCA_n$  é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA; e

$IPCA_{db}$  é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE  $i$ .

- 9.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 será reajustada anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO:

$$CPF2_{i-n} = CPF2_{i-db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

$CPF2_{i-n}$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 válida durante o ano contratual  $n$ ;

$CPF2_{i-db}$  é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 constante do item 4.2, na DATA BASE;

$IPCA_n$  é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA; e

$IPCA_{db}$  é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE  $i$ .

- 9.3. O PREÇO UNITÁRIO CARRO KM será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, nos termos da seguinte fórmula:

$$PUKM_n = PUKM_{db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

$PUKM_n$  é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM válido durante o ano contratual  $n$ ;

$PUKM_{db}$  é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM constante do item 5.3, na DATA BASE;

$IPCA_n$  é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL; e

$IPCA_{db}$  é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE.

- 9.4. O APORTE será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação dos índices abaixo referidos ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, que incidirá na parcela correspondente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos da seguinte fórmula:

$$AP_{i-n} = AP_{i-db} \times [1 + (70\% \times (\frac{INCC_n}{INCC_{db}} - 1) + 30\% \times (\frac{IPCA_n}{IPCA_{db}} - 1))]$$

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ

Onde,

$AP_{i-n}$  é o APORTE correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS  $i$  válido durante o ano contratual  $n$ ;

$AP_{i-db}$  é o APORTE correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS  $i$  indicado no ANEXO IX.A

$IPCA_n$ , é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste do APORTE;

$IPCA_{db}$ , é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE;

$INCC_n$  é o número índice do INCC correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste do APORTE; e

$INCC_{db}$  é o número índice do INCC correspondente à DATA BASE.

- 9.5. O primeiro reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1, da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 e do APORTE será realizado na data em que se iniciar a FASE PRÉ-OPERACIONAL, considerando-se como mês de referência para o cálculo o mês calendário anterior, e os demais reajustes serão realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior.
- 9.6. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto neste item 9 a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.
- 9.7. Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto neste item 9, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.
- 9.7.1. Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a apuração e o correspondente ajuste financeiro da diferença, a maior ou a menor, considerada a mesma data de aplicação do reajuste que tenha dado origem à ocorrência, e efetuando-se o pagamento à CONCESSIONÁRIA da diferença calculada a seu favor, ou o desconto da diferença calculada a favor do PODER CONCEDENTE, no mês subsequente.
- 9.8. Na eventualidade de algum dos elementos do índice de reajuste previsto neste item 9 deixar de existir, a ARTESP passará de imediato à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.
- 9.8.1. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador, adotando-se, na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

### ***Arredondamento dos cálculos***

9.9. Para efeitos de reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, os valores serão calculados com 4 (quatro) casas decimais, desprezando-se os valores calculados a partir da 5ª (quinta) casa decimal, sendo arredondados mediante a aplicação dos seguintes critérios:

9.9.1. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e

9.9.2. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

### ***Aplicação dos reajustes***

9.10. O cálculo do reajuste será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado à ARTESP com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste.

9.10.1. A ARTESP poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 9.10 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.

9.10.1.1. O reajuste será efetivado nos termos da determinação da ARTESP, sendo certo que caso a CONCESSIONÁRIA discorde de referida determinação, ela poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsia disciplinados no Capítulo XXIV do CONTRATO.

9.10.2. Caso a ARTESP não se manifeste sobre o cálculo referido no item 9.10 até a data do reajuste, será aplicado automática e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação da ARTESP, quando então far-se-á o eventual desconto ou majoração, na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou no APORTE subsequente, de eventuais valores que tenham sido recebidos a maior ou a menor pela CONCESSIONÁRIA.

9.10.2.1. Na hipótese do item acima, a ARTESP poderá decidir por realizar os descontos ou majorações nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes em única ou múltiplas parcelas, dentro do ano calendário de aplicação do reajuste, observando-se a solvência e a liquidez da CONCESSIONÁRIA, bem como as obrigações nos financiamentos por ela contratados.

9.11. A ARTESP somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou do APORTE se demonstrar, fundamentadamente, que:

**PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2024  
PPP LOTE ALTO TIETÊ**

- i. Houve erro no cálculo realizado pela CONCESSIONÁRIA para alcançar o valor reajustado dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou do APORTE, hipótese em que aplicar-se-á o disposto no item 9.10.1; ou
- ii. O período para a aplicação do reajuste não se completou.